

CRISE DA LIBERDADE

A exploração da liberdade

A liberdade terá sido episódica. Um episódio no sentido de entreato, de conexão entre partes. Esse sentimento de liberdade se instaura na passagem de uma forma de vida à outra até que esta também se mostre como um modo de coerção. Assim, uma nova forma de submissão sucede à libertação. É esse o destino do sujeito, que literalmente significa «estar submetido».

Hoje, acreditamos que não somos *sujeitos* submissos, mas *projetos* livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente. A passagem do sujeito ao projeto é acompanhada pelo sentimento de liberdade. E esse mesmo projeto já não se mostra tanto como uma figura de coerção, mas sim como uma *forma mais eficiente de subjetivação e sujeição*. O «eu» como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se agora a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização.

Vivemos em um momento histórico particular, no qual a própria liberdade provoca coerções. A liberdade de *poder*

(*Können*) produz até mais coações do que o *dever* (*Sollen*) disciplinar, que expressa regras e interditos. O *dever* tem um limite; o *poder* não. Portanto, a coerção proveniente de *poder* é ilimitada e, por esse motivo, encontramos-nos em uma situação paradoxal. A liberdade é a antagonista da coerção. Ser livre significa estar livre de coerções. Ora, mas essa liberdade que deveria ser o contrário da coação também produz ela mesma coerções. Doenças psíquicas, como depressão ou *burnout*¹ são expressões de uma profunda crise da liberdade: são sintomas patológicos de que hoje ela se transforma muitas vezes em coerção. O sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um *servo absoluto*, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo. Nenhum senhor o obriga a trabalhar. O sujeito absolutiza a *vida nua* e trabalha. A vida nua e o trabalho são dois lados de uma mesma moeda: a saúde representa o ideal da vida nua. A esse servo neoliberal a soberania é estranha, ou melhor, a liberdade daquele senhor que, segundo a dialética hegeliana servo-senhor, não trabalha e *apenas goza*. Essa *soberania do senhor* consiste em elevar-se além da vida nua e, conseqüentemente, em aceitar até mesmo a própria morte.

1_ Também conhecido como síndrome do esgotamento profissional [N.T.].

Esse *excesso*, essa forma excessiva de vida e gozo, é estranha ao servo trabalhador, preocupado com a vida nua. Ao contrário da suposição hegeliana, o trabalho não liberta o servo: ele continua a ser um escravo do trabalho. O servo hegeliano obriga também o senhor a trabalhar: a dialética hegeliana servo-senhor conduz à totalização do trabalho.

O sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar *livre de qualquer propósito*. Entre empreendedores não surge amizade desinteressada. Contudo, ser livre significa originalmente *estar com amigos*. Liberdade (*Freiheit*) e amigo (*Freund*) possuem a mesma raiz indo-europeia. Fundamentalmente, a liberdade é uma *palavra relacional*. Só nos sentimos realmente livres em um relacionamento bem-sucedido, em um feliz «estar junto». O isolamento total para o qual conduz o regime neoliberal não nos torna livres de fato. Assim, nos dias de hoje, coloca-se a pergunta: para escapar à fatídica dialética da liberdade que a transforma em coerção, não deveríamos redefinir ou reinventar a liberdade?

O neoliberalismo é um sistema muito eficiente – diria até inteligente – na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas às e formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado. Explorar alguém contra sua própria vontade não é eficiente, na

medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro.

É interessante notar que Marx também define a liberdade a partir de uma relação bem-sucedida com o outro:

É somente na comunidade (*Gemeinschaft*) [com os outros que cada] indivíduo possui os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; é somente na comunidade que a liberdade pessoal é possível.²

Ser livre, portanto, não significa nada mais do que *se realizar conjuntamente*. Liberdade é sinônimo de comunidade bem-sucedida.

Para Marx, a liberdade individual representa uma astúcia, uma malícia do capital. A «livre concorrência» baseada na ideia da liberdade individual é apenas «a relação do capital consigo mesmo como outro capital, i.e., o comportamento real do capital como capital»³. O capital intensifica sua reprodução na medida em que, por meio da livre concorrência, relaciona-se consigo mesmo como outro capital. Graças

2_ Karl Marx e Friedrich Engels. *A ideologia alemã*. Trad. de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 92.

3_ Karl Marx. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 — Esboços da crítica da economia política*. Trad. de Mário Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 524.

à liberdade individual, copula com o outro de si mesmo. O capital se multiplica enquanto competimos livremente uns com os outros. A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital para sua própria multiplicação. Assim, o capital explora a liberdade do indivíduo para se reproduzir: «Na livre concorrência, não são os indivíduos que são liberados, mas o capital».⁴ A *liberdade do capital* se realiza por meio da liberdade individual. Dessa maneira, o indivíduo livre é rebaixado a órgão genital do capital. A liberdade individual concede ao capital uma subjetividade «automática», que o incita à reprodução ativa. Assim, o capital «pare» continuamente «filhotes».⁵ A liberdade individual, que atualmente assume uma forma excessiva, é nada mais nada menos do que o *excesso do próprio capital*.

A DITADURA DO CAPITAL

De acordo com Marx, a partir de determinado estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas (força de trabalho humana, modo de trabalho e meios de produção) entram

4_ *Ibid.*, p. 315.

5_ Karl Marx. *O capital: Crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 203.

em contradição com as relações de produção dominantes (de propriedade e dominação). Isso ocorre porque as forças produtivas se desenvolvem continuamente. Logo, a industrialização gera novas forças produtivas que contrariam as relações de propriedade e de dominação típicas do feudalismo. Essa contradição provoca crises sociais que impõem a mudanças nas relações de produção. A antítese é eliminada pela luta do proletariado contra a burguesia, que produz uma ordem social comunista.

Diferente da suposição de Marx, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção não pode ser superada através de uma revolução comunista: ela é de fato *insuperável*. É exatamente por causa dessa contradição intrínseca e permanente que o capitalismo escapa para o futuro. Assim, o capitalismo industrial se *mutacionou* em neoliberalismo e em capitalismo financeiro com modos de produção imateriais e pós-industriais, em vez de transformar-se em comunismo.

O neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador um *empreendedor*. Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje, cada um é um *trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa*. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma *luta interior consigo mesmo*.

Os modos de produção contemporâneos não são constituídos pela «multitude» colaborativa que Antonio Negri eleva à sucessora pós-marxista do «proletariado», e sim pela *solidude* do empreendedor que luta consigo mesmo, enquanto explorador voluntário de si. Logo, é um erro acreditar que a «multitude» cooperante derruba o «império parasitário» e produz uma ordem social comunista. O esquema marxista ao qual Negri se prende se mostra novamente uma ilusão.

Com efeito, no regime neoliberal não existe um proletariado ou uma classe trabalhadora que seria explorada pelo proprietário dos meios de produção. Na produção imaterial, de um jeito ou de outro, cada um possui seu próprio meio de produção. O sistema neoliberal não é mais um sistema de classes em sentido estrito. Ele não se constitui por estratos antagônicos da sociedade. É aí que reside a estabilidade do sistema.

A distinção entre proletariado e burguesia já não se sustenta. Literalmente, o proletário é aquele que tem como única propriedade a própria prole. A sua autoprodução se restringe à reprodução biológica. Hoje, no entanto, é disseminada a ilusão de que qualquer um, enquanto projeto que se esboça livremente, é capaz de uma *autoprodução ilimitada*. A «ditadura do proletariado» é, nos dias que correm, estruturalmente impossível. Somos todos dominados por uma ditadura do capital.

O regime neoliberal transforma a exploração imposta por outros em uma autoexploração que atinge todas as «classes». Essa autoexploração sem classes é completamente estranha a Marx e torna a revolução social impossível, já que esta é baseada na distinção entre exploradores e explorados. E, por causa do isolamento do sujeito de desempenho explorador de si mesmo, não se forma um *Nós político* capaz de um agir comum.

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros, ao contrário, é possível que os explorados se solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Essa é a lógica que fundamenta a ideia marxista da «ditadura do proletariado», que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos.

Atualmente, já não trabalhamos por causa de nossas próprias necessidades, e sim pelo capital. O capital gera suas próprias necessidades, que erroneamente percebemos como se fossem nossas. O capital representa uma nova *transcendência*, uma nova forma de subjetivação. Uma vez

mais, somos arremessados para fora do plano imanente da vida, no qual a vida se relaciona consigo mesma em vez de se sujeitar a um fim extrínseco.

A política moderna é caracterizada pela emancipação da ordem transcendente, ou seja, das premissas fundamentadas na religião. Uma política, uma politização completa da sociedade, só seria possível na Modernidade, na qual os recursos transcendentais de fundamentação já não têm nenhuma validade. Assim, as normas de ação poderiam ser livremente negociáveis. A transcendência cederia lugar ao *discurso imanente à sociedade*. Logo, a própria sociedade teria que se erguer uma vez mais a partir de sua *imanência*. Entretanto, essa liberdade é novamente abandonada no momento em que o capital ascende a uma *nova transcendência*, a um *novo senhor*. Com isso, a política acaba se convertendo novamente em servidão: se torna serva do capital.

Queremos ser realmente livres? Acaso não inventamos Deus para não termos que ser livres? Diante de Deus, estamos sempre em dívida, somos sempre culpados⁶. Mas a culpa

6_ O substantivo alemão *Schuld* significa tanto «culpa» quanto «dívida». De forma análoga, seu adjetivo derivado *schuldig* pode ser traduzido tanto como culpado ou endividado. Essa ambiguidade do termo é explorada por Han em sua comparação entre o capitalismo e a religião [N.T.].

(*Schuld*) destrói a liberdade. Os políticos de hoje responsabilizam o endividamento elevado (*Verschuldung*) pela extrema limitação de sua liberdade de ação. Se não temos dívidas (*schuldenfrei*), ou seja, se somos completamente livres, precisamos *agir* seriamente. Talvez nos endividemos permanentemente para que não precisemos agir, ou seja, para não sermos *livres*, para não termos que assumir *responsabilidades*. As dívidas elevadas não seriam a prova de que ainda não conseguimos ser livres? Não seria o capital um *novo deus*, que nos torna novamente devedores? Walter Benjamin concebe o capitalismo como uma religião. É o «primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador». Já que não existe nenhuma possibilidade de quitar as dívidas, o estado da falta de liberdade se perpetua: «Uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal».⁷

A DITADURA DA TRANSPARÊNCIA

No início, a rede digital foi celebrada como um *medium* de liberdade ilimitada. O primeiro slogan publicitário da Microsoft, «Aonde você quer ir hoje?», sugeria uma liberdade e

7_ Walter Benjamin. *Capitalismo e religião*. Trad. de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 22.

uma mobilidade sem fronteiras na internet. Hoje, essa euforia já se mostrou uma ilusão. A liberdade e a comunicação ilimitadas se transformaram em monitoramento e controle total. Cada vez mais as mídias sociais se assemelham a pan-ópticos digitais que observam e exploram impiedosamente o social. Mal nos livramos do pan-óptico disciplinar e já encontramos um novo e ainda mais eficiente.

Com fins disciplinares, os internos do pan-óptico benthaminiano eram isolados uns dos outros, de modo que não conversassem. Os internos do pan-óptico digital, por sua vez, comunicam-se intensivamente e expõem-se por vontade própria. *Participam* assim, ativamente, da construção do pan-óptico digital. A sociedade digital de controle faz uso intensivo da liberdade. Ela só é possível graças à autorrevelação e à autoexposição voluntárias. O Grande Irmão digital *repassa*, por assim dizer, seu trabalho aos internos. Assim, a entrega dos dados não acontece por coação, mas a partir de uma necessidade interna. Aí reside a eficiência do pan-óptico digital.

A transparência também é reivindicada em nome da liberdade de informação. Na verdade, ela não é nada mais do que um *dispositivo neoliberal*. Ela vira tudo violentamente para fora, para que possa produzir *informação*. Nos modos atuais de produção imaterial, mais informação e mais comunicação

significam mais produtividade, aceleração e crescimento. A informação é uma positividade que, por carecer de interioridade, pode *circular independente do contexto*. Isso permite que a circulação de informações seja acelerada à vontade.

O segredo, o estranhamento ou a alteridade representam barreiras à comunicação ilimitada. Por isso, em nome da transparência, devem ser desmontados. A comunicação sofre uma aceleração quando se aplaina, isto é, quando todos os limiões, os muros e os abismos são eliminados. As pessoas também são «desinteriorizadas», porque a interioridade atrapalha e retarda a comunicação. Contudo, a desinteriorização da pessoa não acontece de forma violenta, mas sim como exposição voluntária de si mesmo. A negatividade da alteridade ou do estranhamento se transforma na positividade da diferença ou da diversidade comunicáveis, consumíveis. O dispositivo da transparência obriga a uma exterioridade total com o objetivo de acelerar a circulação de informação e comunicação. No final, a abertura serve à comunicação sem limites, que é oposta ao fechamento, à reserva e à interioridade.

Uma conformidade total é outra consequência do dispositivo da transparência. A supressão de divergências faz parte da economia da transparência. A conexão e a comunicação totais já possuem *em si* um efeito nivelador. Geram um efeito

de conformidade, como *se cada um vigiasse o outro* até mesmo *antes* de qualquer vigilância e controle através de serviços secretos. O que ocorre hoje é uma vigilância sem vigilância. A comunicação é aplainada como que por moderadores invisíveis e rebaixada à condição de consenso. Essa vigilância *primária e intrínseca* é muito mais problemática do que a vigilância *secundária e extrínseca* dos serviços secretos.

O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor. A liberdade do cidadão cede diante da passividade do consumidor. Atualmente, o eleitor enquanto consumidor não tem nenhum interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Não está disposto a um comum agir político, tampouco é capacitado para tal. O eleitor *apenas reage de forma passiva* à política, criticando, reclamando, exatamente como faz o consumidor diante de um produto ou de um serviço de que não gosta. Os políticos e os partidos seguem a mesma lógica do consumo. Eles têm que *fornecer*. Com isso, degradam-se a *fornecedores*, que têm que satisfazer os eleitores como consumidores ou clientes.

A *transparência* que hoje se exige dos políticos é tudo menos uma demanda *política*. Não se reivindica a transparência para os processos *políticos* de decisão, nos quais nenhum consumidor está interessado. O imperativo da transparência serve, acima de tudo, para desmascarar ou expor a classe dos

políticos, para transformar indivíduos em objeto de escândalo. A reivindicação por transparência pressupõe a posição de um espectador a ser escandalizado. Não é uma demanda de um cidadão engajado, mas de um espectador passivo. A participação ocorre em forma de reclamação e queixa. Povoada por espectadores e consumidores, a sociedade da transparência funda uma *democracia de espectadores*.

A autodeterminação informacional é uma parte essencial da liberdade. Já na deliberação do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha sobre o censo nacional em 1984, lê-se:

O direito à autodeterminação informativa não seria compatível com uma ordem social e seu respectivo sistema legal nos quais, aos cidadãos, não lhes fosse permitido saber quem, o que, quando e sob quais circunstâncias se obtêm alguma informação a seu respeito.

No entanto, isso foi num momento em que se acreditava que era necessário confrontar o Estado como instância de dominação que arrancava dados dos cidadãos contra a vontade deles. Essa época passou há muito tempo. Hoje nos expomos voluntariamente sem qualquer coerção, sem qualquer decreto. Colocamos na rede todo tipo de dados e informações pessoais, sem avaliar as consequências. Esse caráter incontrolável representa uma gravíssima crise da liberdade.

Tendo em vista a quantidade de informação que se lança voluntariamente na rede, o próprio conceito de proteção de dados se torna obsoleto.

Hoje, caminhamos para a era da psicopolítica digital, que avança da vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade: até a vontade própria é atingida. Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social. Trata-se de um *conhecimento de dominação* que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo.

A abertura do futuro é constitutiva para a liberdade de ação. Contudo, os *big data* tornam possíveis prognósticos sobre o comportamento humano. Dessa maneira, o futuro se torna previsível e controlável. A psicopolítica digital transforma a negatividade da decisão livre na *positividade de um estado de coisas*. A própria *persona* se positiviza em *coisa*, que é quantificável, mensurável e controlável. Nenhuma coisa porém é livre: todavia, é *mais transparente* do que uma pessoa. Os *big data* anunciam o fim da pessoa e do livre-arbítrio.

Cada dispositivo, cada técnica de dominação, produz seus próprios objetos de devoção, que são empregados para a submissão, *materializando* e estabilizando a dominação.

Devoto significa submisso. O *smartphone* é um objeto digital de devoção. Mais ainda, é o *objeto de devoção do digital* por excelência. Como aparato de subjetivação, funciona como o rosário, e a comparação pode ser estendida ao seu manuseio. Ambos envolvem autocontrole e exame de si. A dominação aumenta sua eficiência na medida em que delega a vigilância a cada um dos indivíduos. O *curtir* é o amém digital. Quando clicamos nele, subordinamo-nos ao contexto de dominação. O *smartphone* não é apenas um aparelho de monitoramento eficaz, mas também um confessionário móvel. O Facebook é a igreja ou a sinagoga (que literalmente significa «assembleia») do digital.

PODER INTELIGENTE

O poder tem formas de manifestação bem diferentes. A mais direta e imediata se expressa como negação da liberdade. Ela habilita os poderosos a impor sua vontade, por meio da violência contra a vontade daqueles submetidos ao poder. Contudo, o poder não se limita a quebrar a resistência e compelir à obediência: não tem que necessariamente assumir a forma de uma coerção. O poder que depende da violência não representa o poder máximo: o simples fato de que uma vontade contrária surja e se oponha àquele que o detém é a prova da fraqueza do seu poder. O poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, *mais silenciosamente* atua. Ele *se dá* sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo.

O poder pode se expressar como violência ou repressão, mas não se *baseia* nisso. Não é necessariamente excludente, proibitivo ou censor. E não se opõe à liberdade: pode até mesmo usá-la. Apenas em sua forma negativa é que o poder se manifesta como violência negadora que verga as vontades e nega a liberdade. Hoje, o poder assume cada vez mais uma